

ATA N.º 3/2020

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 5 DE FEVEREIRO DE 2020:

No dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte, pelas quinze horas e sete minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Palmela

PONTO 2 – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e a Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal

PONTO 3 – Cedência temporária do domínio público ao Grupo Carnavalesco Amigos de Baco de Pinhal Novo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 1/2020, da reunião ordinária de 15 de janeiro de 2020.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador José Calado, que justifica a sua abstenção, por não ter estado presente na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 27.01.2020 a 31.01.2020.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 29.01.2020 a 04.02.2020, no valor de 536.095,38 € (quinhentos e trinta e seis mil, noventa e cinco euros e trinta e oito cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 2.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 04.02.2020, apresenta um saldo de 13.414.864,72 € (treze milhões, quatrocentos e catorze mil, oitocentos e sessenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 13.137.981,30 € (treze milhões, cento e trinta e sete mil, novecentos e oitenta e um euros e trinta cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.276.883,42 € (um milhão, duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e oitenta e três euros e quarenta e dois cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

- . **Moção** (Pela redução do IVA na eletricidade e no gás).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

- . **Saudação** (José Manuel Tavares).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à leitura da moção que se transcreve:

. Moção (Pela redução do IVA na eletricidade e no gás).

"A energia é indispensável à qualidade de vida e ao funcionamento da sociedade atual e pela sua importância vital, deve ser considerada como elemento estratégico numa política de desenvolvimento sustentável.

De acordo com os dados do EUROSTAT para o primeiro semestre de 2019, no que se refere ao consumo doméstico, Portugal classificou-se no oitavo lugar da União Europeia, relativamente ao preço da eletricidade e no quinto, no que se refere ao gás. Posições ainda mais preocupantes quando analisadas em comparação com o nível de vida das populações e com o salário mínimo nacional.

Na anterior legislatura, o Governo PS recusou reverter o IVA da energia elétrica e do gás natural dos 23% para os 6% em vigor antes da intervenção da Troika. Apenas depois de muita pressão, e só na reta final da legislatura, a 1 de julho, entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 60/2019, que determinou a aplicação da taxa de 6% de IVA à componente fixa de determinados fornecimentos de eletricidade e gás natural. A medida, embora simbolicamente importante, não teve o necessário impacto na vida das famílias, nem chegou a abranger as micro, pequenas e médias empresas, determinantes para a sustentabilidade da nossa economia.

Importa lembrar que fora dos grandes centros urbanos, é, ainda, o gás de botija – e não o gás natural – que abastece grande parte da população. É inaceitável o número de pessoas que morre, todos os invernos, em Portugal, devido ao frio ou por inalação de monóxido de carbono, resultante de fogueiras ou braseiras feitas dentro de casa. Ter dificuldade em climatizar a própria casa demonstra que esta não é uma questão ambiental, como o mais recente argumentário político quer fazer transmitir, mas um novo episódio da luta de classes, onde os mais desfavorecidos continuam a não sentir, no seu quotidiano, o propalado equilíbrio financeiro do país.

Induzir uma relação direta entre o valor do IVA aplicado à energia e as alterações climáticas é quase confrangedor, porquanto se aproveita da preocupação da opinião pública face ao ambiente para justificar o injustificável. As famílias utilizam a energia de que necessitam e não ligarão mais frigoríficos ou lavarão mais roupa só porque a fatura da eletricidade desce. Pelo contrário, abdicam de necessidades essenciais, como o aquecimento, quando a fatura sobe. E o IVA sobre a eletricidade mantém o mesmo valor, quer a sua origem sejam fontes renováveis ou centrais termoelétricas a carvão. Mas talvez a poupança resultante da fatura mensal da

eletricidade possa ser um incentivo para que mais pessoas considerem trocar a sua viatura por um veículo híbrido ou elétrico.

Além do impacto nas famílias, é importante recordar que se mantém nos 23% a taxa de IVA que incide sobre a iluminação pública, um pesado acréscimo na fatura dos Municípios, que se agrava com o pagamento inadmissível da contribuição para o audiovisual na tarifa de iluminação – o que abrange os equipamentos municipais com contador autónomo, caso dos sistemas de rega, dos semáforos, dos sanitários públicos, dos cemitérios ou das estações elevatórias.

Considerando que:

- é determinante continuar o caminho de reposição de rendimentos às famílias, em particular, às mais desfavorecidas, e de incentivo ao desenvolvimento económico;
- no contexto europeu, as faturas da eletricidade e do gás em Portugal continuam a ser das mais caras e desproporcionais face aos rendimentos;
- os Municípios continuam a verificar um elevado acréscimo nas suas despesas com iluminação pública por via quer da taxa de IVA, quer da caricata contribuição para o audiovisual - verbas que deviam estar a ser canalizadas para investimento no território;

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 05 de fevereiro de 2020, **delibera**:

- reivindicar a inclusão da redução para 6% da taxa de IVA aplicada à energia elétrica e ao gás (incluindo o gás engarrafado) em sede da Lei do Orçamento de Estado 2020;
- exigir que, do mesmo modo, se reverta para a taxa mínima o valor de IVA a aplicar à iluminação pública;
- continuar a pugnar pela revisão da Portaria que determina a forma de financiamento do serviço público de rádio e televisão, isentando os Municípios do pagamento da taxa de audiovisual na Iluminação Pública;
- dar conhecimento da presente moção a:

- . Sua Excelência, o Presidente da República
- . Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República
- . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro
- . Sua Excelência, o Ministro do Ambiente e da Ação Climática
- . Sua Excelência, o Secretário de Estado Adjunto e da Energia
- . Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- . Assembleia Municipal de Palmela
- . Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela

- . Associação Nacional de Municípios Portugueses
- . Associação Nacional de Freguesias
- . Conselho Metropolitano de Lisboa
- . Associação de Municípios da Região de Setúbal
- . Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
- . ENA – Agência de Energia da Arrábida
- . Comunicação social.”

Sobre a moção (Pela redução do IVA na eletricidade e no gás) intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e refere que a moção está cheia de boas intenções e, naturalmente que pretende atingir um objetivo, que é reduzir os custos da eletricidade das pessoas e das empresas, no entanto, considera que se deveria seguir um outro caminho, o de aproveitar os orçamentos do Estado para conseguir dar àqueles que menos têm a possibilidade de ver aumentado as pensões e o apoio às crianças. Ainda assim, não deixa dever nesta proposta o seu objetivo, de retirar às famílias o peso que é o custo da eletricidade e como tal, não rejeita esta moção, por isso vai votar favoravelmente.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes e refere que não é difícil inferir por um caminho de simpatia para com esta proposta, uma vez que é uma proposta que fala em pagar menos, onde agora se paga mais e, portanto, de uma forma absolutamente genérica, não há quem possa estar contra esta proposta. Mas a questão é a de exequibilidade, se é ou não possível e, a proposta não refere isso em lado nenhum, mas tem um impacto que só no IVA em termos de eletricidade dos consumidores, será de 750 milhões de euros, mais ou menos, o aumento que o Governo propõe em relação ao sector da saúde e se estender à questão da contribuição audiovisual e à iluminação pública, será um impacto para cima de mil milhões de euros, portanto, trata-se da questão de encaixar ou não esta proposta em termos de orçamento e não estando aqui no papel de governantes, dão todo o benefício a quem no passado já fez as contas estar certas, contrariou a Comissão Europeia e com razão, em termos dos resultados económicos do país, da previsão e depois da sua conclusão e que é, o mesmo Governo e as mesmas pessoas que, desta vez, estão a dizer, que não se consegue encaixar esta despesa. Torna-se difícil não objetivar acerca do intuito desta proposta, que não é mais do que desmultiplicar nos municípios onde a CDU ter representação, aquilo que está a ser nesta altura, em termos de votação a posição do PCP. Obviamente, que isto teria impacto positivo nas famílias deste concelho, como tem impacto positivo nas famílias de todos os concelhos do país. A questão continua a ser se é ou não possível, porque nesta sequência poderiam também pedir transportes públicos gratuitos para toda a gente, far-se-ia uma moção e, naturalmente que teria um impacto que todos gostariam, mas reitera que a questão é saber se orçamento consegue comportar esta despesa ou não. Não se pretende voltar a tempos passados, onde as contas vão em sentido contrário daquilo que é o seu acerto, e que depois tem um grande impacto noutras zonas da economia e da vida das pessoas, como de resto, há bem pouco

tempo, teve. Portanto, considera que se deve ter algum grau de realidade, ou seja, que tipo de governação se pretende, se uma que chegue ao final com indicadores de contas certas e equilibradas, ou se uma governação, que vai atrás do que dá jeito politicamente, daquilo que fica bem e, mais tarde ou mais cedo, terá consequências desastrosas para o país. O PS aprendeu a lição e certamente tem que imputar culpas, pelas situações que correram menos bem ou mesmo mal, da mesma forma que o que correu bem, também haverá méritos da governação socialista, portanto, o PS gostaria muito de acompanhar esta proposta, até porque concorda claramente com alguns absurdos, como o pagamento da taxa audiovisual em pontos de luz que iluminam postes de iluminação pública, que em 480 caixas PT, a autarquia paga 500 vezes a mesma taxa que cada ponto de abastecimento tem, sem qualquer usufruto dessa taxa, portanto há questões e valores que são taxados de uma forma absurda, que datam do período anterior à crise que é importante resolver, mas à medida que for possível e evidencia um determinado esforço que o Governo entende que não conseguem incorporar, de uma vez só, esta medida, há a questão que foi proposta pelo PSD que avança com ser favorável à descida de IVA se for encontrada uma resposta no orçamento e, portanto, será quase impossível, de uma forma ou de outra, esta medida materializar-se, porque, obviamente é uma medida que tem um impacto orçamental tremendo, e volta a referir, que não há nenhum governante que não gostasse de aplicar uma medida destas e, da mesma forma que a oposição não gosta, de contrapor um governo que, não podendo fazer, deixar a oposição com esta medida e com proposta que obviamente, toda a gente concorda, mas frisa a questão da possibilidade ou não numa base real e não no âmbito dos desejos de cada um.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e distingue aqui duas situações, ou seja, a primeira está relacionada com a taxa mínima à iluminação pública e até à questão do audiovisual, porque efetivamente, não parece fazer sentido, mas a administração fiscal tem criado muitas dificuldades nesta situação, mas é uma questão que só por si, quando ligam a iluminação pública, não estão a contribuir para uma maior ou menor visualização dos audiovisuais e, portanto, como tal, não faz sentido que essa taxa seja aplicada. Uma segunda questão está relacionada com o IVA e recorda que o IVA da eletricidade está na taxa máxima, porque o país vivia momentos muito difíceis, de recuperação de uma bancarrota e momentos em que foi necessário inventar receitas, porque o país não tinha verba para pagar aquela despesa. Os momentos que se vivem atualmente são completamente diferentes, felizmente, ultrapassaram esse período mais delicado, ainda há problemas, haverá sempre problemas e há possibilidade de voltar aquilo que existia antes daquele período de bancarrota. O PSD, em sede de Orçamento do Estado, apresentou 2 propostas, a proposta de descer o IVA da eletricidade, que tanto quanto sabe, será uma proposta votada hoje à tarde na discussão na especialidade do Orçamento de Estado e simultaneamente uma proposta para indicar a forma de como o Estado poderia compensar essa amputação de receita e, portanto, a medida acaba por ter um efeito zero, isto se estas propostas forem aprovadas. Portanto, da parte do PSD, está muito à

vontade, porque quando fizeram a proposta da descida do IVA da eletricidade, demonstraram que era possível fazer, aliás, é um exercício de responsabilidade que o PSD tem feito ao longo dos anos, ao contrário de outros, como é o caso do PS com a descida do IVA da restauração, sem medidas compensatórias e com repercussão no consumidor, porque o consumidor não passou a pagar menos e recorda que em tempos idos, em plena crise, em plena bancarrota, o PS propôs a descida do IVA da eletricidade e também nessa altura, sem medidas compensatórias. Curiosamente, a mesma pessoa que fez essa proposta, na altura enquanto deputado, é aquela que mais se bate agora contra esta descida enquanto governante, talvez seja, por isso seja o mesmo a referir que a qualidade dos políticos tem baixado muito e considera que tem muito a ver com a própria noção que ele tem das suas incapacidades. Portanto, votará favoravelmente esta moção.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e respondendo ao Sr. Vereador Pedro Taleço, dá ou não jeito politicamente, ou seja, estão perante um PS que refere que é algo que não dá jeito politicamente, quando no passado teve uma posição completamente contrária e muito mais próxima daquela que a CDU defende neste momento. No ano passado, tal como está descrito na moção, houve uma aproximação, mas muito tímida que teve mais peso simbólico, do que projeção no rendimento das famílias, e considera que se deve ir mais longe, porque, de facto, é necessário pensar e alterar este IVA a 23%, bastante elevado e que muito prejudica as famílias. Na Europa há taxas de IVA diferenciado, portanto, é falso aquilo quando se diz que é uma imposição da União Europeia em Portugal e que o IVA tem de ser neste valor, aliás há taxas de IVA diferenciadas e há taxa reduzida e, aquilo que diz a 2ª diretiva do IVA é que a taxa mínima não pode ser inferior a 5% e aquilo que aqui se defende está em cumprimento dessa diretiva europeia em relação ao IVA. A defesa desta redução da percentagem não vem apenas porque no passado o IVA era de 6%, mas sim porque o rendimento das famílias é ainda baixo, aliás a percentagem da eletricidade no rendimento das famílias é ainda muito elevada e o Eurostat refere que uma em cada 5 famílias, vive em pobreza energética, não consegue garantir que nos momentos de muito frio ou nos momentos de muito calor a vida das famílias esteja normalizada e, quantas vezes se ouve os cidadãos da União Europeia, nomeadamente do Norte da Europa dizerem que chegam a Portugal e têm frio. Por outro lado, em relação às empresas e se fala tanto no desenvolvimento do setor económico, nomeadamente o desenvolvimento do setor produtivo, sobretudo nas micro, pequenas médias empresas, de acordo com a consultora IA que referiu em dezembro de 2019 a pedido dos grupos empresariais que esta medida constituía um alívio na tesouraria para estas empresas. Portanto, não há razões, não só do lado de quem trabalha, mas também do lado empresarial que conjugadas, considera que permite considerar-se razoável a redução do IVA, tal como está a ser proposto e a nível autárquico, também têm a obrigação, em representação dos municípios, alertar para esta realidade.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e refere que era importante perceber porque o IVA da eletricidade mudou de 6% para 23% e porque é que se teve de ir mais além da troika, porque é que houve um problema financeiro complicado em toda a Europa e no mundo, porque é que a taxa de desemprego disparou, na altura e porque é que o povo sentiu mais do que deveria ter sentido, a crise no tempo da troika. Portanto, estas palavras não foram suas nem do PS e alguém disse que era necessário ir mais além do que a troika e foi. Refere que cada um dirá aquilo que quiser e ainda ontem o PSD votou de uma maneira e num outro dia votou de uma outra forma, pelo que a proposta que fez para compensar esta descida é lançar um importo verde, ou seja, é mais um imposto, e aquilo que aqui defende, aquilo que o PS espera que seja aprovado e, caso não seja aprovado, irá lutar por isso, é que de facto a eletricidade está cara em Portugal e há muito tempo. Depois, as casas que são construídas em Portugal, são pouco climatizadas e não tem nada a ver com as casas que são construídas no norte da Europa e, de facto, tem menos frio no norte da Europa com menos 4 ou 5 graus do que em Portugal com temperaturas a 5 ou 6 graus positivos, é um frio muito húmido e muito mais difícil de aguentar e, de facto, a construção em Portugal não está feita em termos de eficiência energética e, portanto, há que fazer um trabalho muito mais global e não tão simplista como parece, sobre a questão energética e sobre a utilização da questão energética. Refere ainda que não vai aqui utilizar determinados adjetivos para afirmar que, de facto, há também um problema da pegada ecológica, outros problemas climáticos, alterações climáticas, todo um conjunto de problemas, mas sobre a questão da taxa e já aqui se falou de alguns exemplos que são aberrantes, que deveriam desaparecer e o PS marca aqui a sua posição, que é muito clara, ou seja, a descida do IVA da eletricidade tem de ser uma prioridade para este mandato do Governo, nos próximos 4 anos e tem de ser, não necessariamente com lançamento de novos impostos, para não dar num lado e tirar de um outro, mas que se possa fazer com sustentabilidade para as empresas e para as famílias, para as autarquias que não têm de estar com este sufoco em pagar a iluminação pública, nomeadamente na questão da taxa do audiovisual, mas é algo que deve ser feito de uma forma gradual, com diferenciação das taxas de IVA, com escalonamento e isso foi proposto e foi aceite pela União Europeia, tendo referido que o parecer do governo português era uma boa proposta para todos os países da União Europeia. Portanto, se Portugal tem um governo que se preocupa em apresentar boas contas, que não se faça às custas daqueles que menos podem, e felizmente foi aprovado um aumento para 10€ e votadas por maioria e quando há possibilidade dar mais às pessoas, concorda que se dê mais e ainda bem que o PS tem a CDU como parceira para poder ajudar nesta fase, porém quando têm uma justificação clara, que se pode dar sem desequilibrar as contas, porque se caírem outra vez, não vale a pena apresentar moções, porque, de facto, a realidade ultrapassa a própria vontade e o querer, portanto, é necessário seriedade e coerência. Refere que o PS concorda com a descida, concorda que a taxa audiovisual não pode manter-se como está e concorda que a descida seja escalonada, com taxas de IVA variáveis, porque uma grande empresa é diferente de uma média ou pequena empresa, como também é diferente

para quem recebe 600€ e quem ganha 6.000€ por mês, por isso acredita que deva haver uma diferenciação de escalões e de rendimentos e no tipo de consumo de energia.

O **Sr. Presidente** refere que a clareza do posicionamento de cada um vem ainda dar mais força e justificação à oportunidade desta sua proposta e, sobre as expressões de seriedade e coerência referidas pelo Sr. Vereador Raul Cristovão, a CDU não podia estar mais confortável. Porque seriedade e coerência têm existido nas propostas da CDU, ao longo de vários anos e, obviamente, isto não se trata apenas de estados de alma, desejos e objetivos políticos, há que trabalhar, apresentar propostas que, em sede de orçamento de Estado, em sede de Associação Nacional de Municípios, onde estas matérias foram aprovadas por unanimidade e já aqui foi apresentada uma outra moção sobre questões que estavam a ser debatidas na especialidade no Orçamento de Estado, porque isto tem de ver com a vida das populações. De facto, não estão na Assembleia da República, mas aqui são titulares de cargos políticos, nos quais têm de assumir compromissos para com a população, saber de que lado é que estão e, neste caso concreto, também naquilo que diz respeito às despesas de funcionamento de uma autarquia e ao serviço público que presta, também corrigir matérias que são inacreditáveis, porque, de facto, não parece que esta questão do audiovisual, este agravamento na iluminação pública faça qualquer sentido manter-se, portanto, seriedade e coerência, estão tranquilamente nesse caminho. Porém, não estão no caminho da demagogia e do populismo, daquilo que é fácil, porque a CDU também fez propostas de como compensar. Aliás, é do domínio da opinião pública, que há questões há muito por resolver no que diz respeito às rendas excessivas pagas. Depois, quando referiu que a verba de cerca 750 milhões vão para o sector da saúde, naturalmente que a questão da saúde é prioritária e também subscreve uma proposta dessa natureza, mas não se trata de uma dicotomia entre Iva e saúde, aliás, poderiam fazer uma dicotomia entre famílias e empresas, porque a redução da eletricidade para as empresas é também um fator importante na sua competitividade e é por isso que, atualmente, no âmbito da atratividade do território de Palmela, em matéria de energia verde, têm importantes investimentos na ordem dos 70 milhões de euros em energias renováveis, foram buscar empresas na expectativa e com o compromisso de insuflar energia na rede para essas indústrias e para poderem passar a consumir também de fontes não poluidoras. Depois, a maior dicotomia é, de facto, uma opção política que os diferencia, porque basta ler a revista "Dinheiro Vivo" que refere que o Orçamento de Estado 2020 volta a ter mais 700 milhões para bancos falidos, ou o Jornal PÚBLICO que confrontou Mário Centeno com a questão se iria haver uma injeção final de 1,4 mil milhões no Novo Banco. Portanto, é uma questão de opção e há, de facto, caminhos diferentes, a CDU defende um caminho que não põe em causa questões de natureza ambiental, nem excessos de consumo, porque importa investir nas fontes de energia renováveis para que elas passem a ser alternativas e aqui também aplaude o Governo quando anunciou o fecho de centrais e também a CDU assinou o pacto sobre as alterações climáticas, mas ainda há muito trabalho a fazer em todos os domínios. Por fim, ainda bem que o PS não

vai votar contra e reconhece que esta proposta é pertinente. Considera que toda a sociedade civil devia pronunciar-se sobre esta matéria e também considera importante que a Assembleia da República e o governo e outras entidades, percebam que as populações estão sintonizadas com medidas desta natureza.

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço e Mara Rebelo. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação** (José Manuel Tavares).

“José Manuel Tavares, nadador da Palmela Desporto, EM conquistou dois títulos nacionais, um título de vice-campeão nacional e um quarto lugar no XIV OPEN Internacional de Masters de Inverno – Campeonato Nacional de Masters de Inverno, que se realizou entre os dias 17 e 19 de janeiro, em Vila Franca de Xira.

José Manuel Tavares, escalão H, sagrou-se Campeão Nacional nos 50 e nos 200 metros costas, Vice-campeão Nacional nos 200 metros livres e classificou-se em 4.º lugar nos 50 metros livres.

Reunida em 5 de fevereiro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** José Manuel Tavares pelos resultados desportivos de excelência, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a prestigiar o concelho.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

- **Semana da Freguesia de Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** informa que na semana de 17 a 21 de fevereiro vão voltar a reunir numa Reunião descentralizada, no âmbito da semana dedicada à freguesia de Pinhal Novo, que irá decorrer no dia 18, quarta-feira, no período da noite, na sede do Rancho Folclórico “Os Rurais” da Lagoa da Palha e Arredores.

- **Ano Nacional da Colaboração 2019** - O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que no passado dia 30 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela participou na Sessão de Encerramento do Ano Nacional da Colaboração, um evento realizado no Palácio de Belém, com a presença da sua Excelência o Senhor Presidente da República. Nesta sessão, organizada pelo Fórum para a Governação Integrada, o Sr. Presidente da República reconheceu publicamente todas as instituições sociais, autarquias, associações, entidades da sociedade civil, escolas, universidades, pela sua participação no Ano Nacional da Colaboração.

Celebrado ao longo de 2019, esta iniciativa procurou chamar a atenção pública, política e mediática, para a relevância estratégica da colaboração, como forma de intervir ao nível dos problemas sociais complexos, tendo mobilizado 158 entidades e contado com a realização de 213 iniciativas. A Câmara Municipal de Palmela foi, neste âmbito, reconhecida e agraciada pela sua participação e pelo exemplo dado para o reforço de uma cultura colaborativa, com a realização do 3º Fórum Projeto Educativo Local, bem como pela realização da 11ª edição do Fórum Social Palmela.

• **Beneficiação do parque habitacional do município – O Sr. Vereador Adilo Costa** informa que o município adjudicou, por cerca de 46.000€, duas obras que vão valorizar o parque habitacional municipal. Uma das empreitadas foi adjudicada por cerca de 21.000€ para a remodelação e beneficiação de uma habitação situada na Rua Timóteo de Matos, em Quinta do Anjo, cujas obras consiste em pinturas, recuperação de pavimentos, loiças sanitárias, entre outras intervenções. A segunda empreitada refere-se à obra na Rua de S. Tomé e Príncipe, no Bairro do Padre Nabeto que inclui a remodelação da cozinha, pinturas, beneficiações diversas em pavimentos e acessórios e foi adjudicada por cerca de 25.500€.

• **Casal sem-abrigo – O Sr. Vereador Adilo Costa** refere que para efeitos de esclarecimento público, tendo em conta as limitações que lhe estão inerentes e até o sigilo que se deve ter neste assunto, informa que, desde a última reunião de Câmara, na qual se falou sobre o casal sem-abrigo em Pinhal Novo, tinha sido imediatamente acionado o Protocolo sem-abrigo, com a intervenção local, através da Segurança Social e interlocutor desse protocolo, a Fundação COI, que se conseguiu encontrar o anterior local de residência deste casal e o interlocutor deste casal, neste caso, o município da Moita e a equipa de RSI do município da Moita. Revelou-se ser uma situação difícil, porque tecnicamente estando ao abrigo do RSI da Moita, teria de ser o município da Moita a agir na resolução deste problema. É uma situação que já passou pelo município do Montijo e também de Setúbal, mas atualmente, estão no município de Palmela, na freguesia de Pinhal Novo, por isso, depois de assinado o protocolo em articulação com a Segurança Social e a Fundação COI, estão técnicos da área social a agir no terreno, e que num espaço de pouco mais de um mês, quer os contactos estabelecidos, como os atendimentos que por regra ocorrem uma vez por semana, têm sido muito mais, o que significa que há aqui uma interlocução. Porém, tem de esclarecer que é necessário que se perceba que é a vontade destes indivíduos que prevalece, porque ninguém é obrigado a ir para um qualquer local que não queira. Tem sido encetado um trabalho conjunto com os técnicos do município, da Fundação COI, Segurança Social e a equipa de RSI do município da Moita para que este casal tenha um aumento da capacidade de rendimentos que obriga a um conjunto de cumprimentos, quer a nível fiscal, quer a sobre o ponto de vista da saúde e de assistência

social. Portanto, tem havido dificuldades, nesse cumprimento, porque pode haver um mecanismo que o aumente os rendimentos, mas é preciso também aumentar as competências para que saibam como é que devem trabalhar. Por outro lado, esclarece que também já foram propostas 3 propostas soluções para saírem daquele local, do canil, mas no direito que têm, porque têm o direito de aceitar ou não negar, só uma dessas propostas é que está a ser equacionada pelo casal. São questões que estão relacionadas com competências e que não são fáceis de lidar e não são as equipas que trabalham no terreno que decidem, podem apoiar, mas não podem decidir. Depois elucida que não é através do Facebook, através da comunicação social, pela forma como este assunto tem vindo a ser tratado, seja justo concluir o que quer que seja. Alerta para uma questão que está relacionada com o parque habitacional social do concelho de Palmela, cujo concurso terminou há pouco tempo, um programa de rendas apoiadas, a lei diz especificamente a metodologia em termos nacionais e não para questões locais para o cumprimento dessas regras. Neste concurso, concorreram 60 e poucas pessoas e apenas 30 ficaram aprovadas e outras 30 ficaram de fora, mas das 30 aprovadas, não se pode ultrapassar por mais ninguém, independentemente da situação que se encontre. Portanto, são questões diferentes e não podem ser confundidas.

O **Sr. Vereador José Calado** pergunta se pode intervir sobre esta matéria, ao que o **Sr. Presidente** responde afirmativamente.

O **Sr. Vereador José Calado** agradece o esclarecimento do Sr. Vereador Adilo Costa sobre esta matéria e acrescenta que os Bombeiros de Pinhal Novo estiveram e continuam a estar envolvidos e acrescenta que o casal tem feito a sua higiene nas instalações dos Bombeiros e quando a situação despontou, naquela noite de chuva, os bombeiros chegaram a proteger este casal. Refere ainda que entende que o concelho de Palmela não estava habituado, não havia este problema de falta de habitação no concelho, nunca aconteceu e, ao longo dos anos, não foi um problema do concelho e que agora se apresenta como tal. Provavelmente, irão ter de, em conjunto, porque isto é um caso de um movimento político, nem de um partido político, é um caso que todos têm de se preparar porque, provavelmente no concelho vão aparecer mais situações desta natureza. Aliás, neste momento, está há 15 dias, nas instalações dos bombeiros, uma senhora com um bebé que de um ano, que vai ser apoiada até ao dia 15, pelo menos e tudo leva a crer, até pelos dados que tem, este tipo de situações, sobretudo na freguesia do Pinhal, vão acontecer com mais frequência e são situações que o concelho não estava habituado. Portanto, considera que todos devem tomar precauções nesse sentido e criar alguma estrutura para se poder dar resposta às situações que vão aparecendo, infelizmente, com mais frequência derivado à situação imobiliária.

O **Sr. Presidente** considera que oportuno informar a opinião pública que várias soluções foram apresentadas ao casal em questão, algumas recusadas pelos mesmos. Mas, para além disso, outras soluções de habitação com carácter mais permanente, têm de ter, naturalmente requisitos e quando o Sr. Vereador Adilo Costa fala em competências, entenda-se que se trata

de competências pessoais e sociais, que alguns cidadãos, não estão preparados para enfrentar dificuldades por razões diversas, não conseguem gerir da melhor forma os seus recursos e é por isso que há acompanhamento social, não é apenas para resolver um problema de habitação, mas para que as pessoas desenvolvam competências para se tornarem autónomas, porque esse é o objetivo do apoio social e não o assistencialismo permanente.

Sobre a questão dos bombeiros, o Sr. Vereador José Calado, pode e deve continuar a falar dos bombeiros e recorda aquilo que já aqui mencionou, todas as instituições da comunidade, quando têm recursos, devem estar ao serviço da comunidade, pois são uma resposta pública, apoiada por dinheiros públicos e, portanto, acha muito bem que todos possam fazer o melhor para atenuar estas questões.

Relativamente a outras situações no concelho, de facto elas existem, mas esta situação em particular teve uma mediatização que outras não tiveram e essas outras situações que existem, estão a ser acompanhadas, assim como existem pessoas que preferem continuar a viver nos carros, portanto, a questão mais estratégica que deve preocupar é a questão do direito à habitação e, sobre isso o município tem uma estratégia local de habitação, decorrente de legislação recente que sacode um pouco esta problemática para cima das autarquias algumas das competências e responsabilidades, foi criado um gabinete específico, com técnicos que estão em formação nestas áreas e, para além disso, o município tem também, a intenção de aumentar o seu parque habitacional, para habitação a custos controlados, entre outras políticas e, tem utilizado todos os instrumentos que existem na lei e outros que foram recentemente criados, para o ampliar. Mas esta é uma resposta às disfunções sociais que têm de ter um carácter mais transversal, nomeadamente com a formação das pessoas, com a sua capacidade para viver na plenitude, com condições para poder trabalhar e auferir os seus rendimentos. Porém, isto implica transformações sociais muito mais profundas, que não apenas criar casas para todos os casos que existam, sobretudo quando o Estado, ao longo de vários anos, não conseguiu dar resposta. Recorda que nos finais da década de 80 e princípios da década de 90, houve uma resposta que assentava na erradicação das barracas e, nessa altura, houve municípios, incluindo Palmela, que adquiriram apartamentos para habitação social. Contudo, aquando estes fenómenos, apareceram logo, pessoas que não residiam no concelho a construir barracas, numa tentativa de conseguir uma habitação social, tal como outros sem-abrigo, que estando o concelho de Palmela, no coração da península de Setúbal, que é atravessado diariamente por milhares de pessoas, oriundas dos mais diversos pontos, recorda até que dois dos sem-abrigo que o município ajudou a tirar da rua, nos últimos meses, eram estrangeiros. Portanto, não é por surgir um caso destes na comunicação social que se coloca a pressão em cima das entidades públicas para ter uma casa para cada uma destas situações, aliás, era bom que cada um tivesse direito à sua própria casa, com rendimentos para assegurar a sua habitação e, por isso também se fala aqui de eletricidade, da água e, esta componente social implica várias respostas em simultâneo. Portanto, o município está empenhado em fazer o seu

papel e considera que não se deve explorar publicamente situações e casos de vida das pessoas, para criar minutos em televisão, porque a intenção é resolver os problemas às pessoas e não utilizar esses problemas para criar audiências.

• **Noite de serenatas** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que no próximo dia 14 de fevereiro, decorre em Poceirão, percorrendo as ruas da aldeia, uma iniciativa emblemática. Trata-se do projeto “Noite de Serenatas” que se caracteriza como uma das atividades tradicionais do Centro Cultural do Poceirão e que mantém um forte envolvimento da comunidade, em parceria com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca, o Rancho Folclórico de Poceirão, a Associação de Cultura e Desporto de Poceirão, a Associação “Os Amigos de Lagameças”, o Grupo Paroquial de Poceirão, o Teatro Estranhamente Louco e Absurdo e a Associação das Artes de Poceirão. No âmbito desta iniciativa, será também, dinamizado, pelo terceiro ano consecutivo, o concurso “A Janela Mais Bonita” e uma exposição “Lenços dos Namorados”, dinamizada pelo Rancho Folclórico e pela Associação das Artes.

• **Participação do ATA (Acção Teatral Artimanha) no Festival Nacional de Teatro Martin Arjona** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que o ATA participou na XXII edição do Festival Nacional de Teatro Martín Arjon, no passado dia 18 de janeiro, com o espetáculo “Conversas de Outrora Não Admitidas”. É a segunda participação do ATA neste Festival que, este ano, decorre em Herrera, Sevilha, de 11 de janeiro a 14 de março, organizado pela Asociación Cultural Escanpolo e o Ayuntamiento Local, que tem como objetivo a promoção do teatro de amadores e reconhecer os seus trabalhos com diversos prémios e galardões artísticos.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro e Raul Cristovão

• **Degradação de um muro** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** recorda um assunto que abordou em tempo oportuno, relacionado com um muro em construção na zona de Brejos do Assa que, como se sabe, houve uma primeira denúncia de um particular a 18 de fevereiro do ano passado, posteriormente, abordou esta questão em reunião de câmara, no dia 16 de outubro e a 28 de outubro a autarquia embargou a obra, contudo por força do embargo, foi-lhe transmitido que há uma degradação desse muro, com algumas zonas a cair, por isso deixa aqui um alerta para se poder tomar um outro tipo de intervenção, porque coloca as pessoas que ali circulam, em perigo.

• **Atos de vandalismo em viaturas nas Colinas da Arrábida, em Quinta do Anjo** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que teve nota de vários munícipes que o alertaram para

atos de vandalismo em viaturas, na zona das Colinas da Arrábida e, talvez a autarquia possa alertar as forças de segurança, para aumentar ali a patrulha e proporcionar uma maior presença para evitar este tipo de situações que se tem vindo a verificar.

• **Posto não sinalizado nos Portais da Arrábida, em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que também na freguesia de Quinta do Anjo, na zona dos Portais da Arrábida, está um buraco de um PT, junto ao posto dos CTT, que não está sinalizado, colocando em perigo de queda, sobretudo quem circula nas imediações do posto dos CTT.

• **Necessidade de preservação dos espaços na via pública: deposição de monos e lixo – O Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que, apesar de todos os alertas e discussões que têm sido feitas aqui em reunião de Câmara por causa da recolha e deposição ilegal de monos, tem notado, particularmente na vila de Palmela que têm depositado monos, tendo inclusivamente observado junto de um contentor de RSU um sofá-cama aberto. Considera que nunca é demais, pedir a todos os cidadãos que gostam dos espaços onde vivem, onde convivem e circulam, criam as suas famílias, para que estejam atentos a estas questões, porque este trabalho de cidadania passa por todos, para que situações destas não se repetiam, porque quem fica mal visto é a vila e os seus moradores, por isso alerta para que esta questão da deposição ilegal de monos fosse, por parte de todos, mais organizada e ordenada.

• **Contentores do lixo e ecopontos retiram a visibilidade – O Sr. Vereador Raul Cristovão** alerta a autarquia e também a Amarsul, porque continua a ver-se muitas ilhas de contentores de recolha de resíduos, colocados em zonas que bloqueiam completamente a visibilidade, nomeadamente em cruzamentos e que dificulta muito e eventualmente poderá vir a provocar acidentes. São muitos, por isso não vai enumerar todos, mas alerta que seria bom fazer-se uma revisão destes casos, porque qualquer dia poderá ocasionar um problema, até em tribunal, para verificar de quem é a culpa desse acidente. Acredita que em muitos dos casos, basta apenas uma pequena deslocalização dessas ilhas, para evitar o surgimento de problemas.

• **Postos de eletricidade na Estrada do Cemitério, em Palmela em perigo de queda – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere ainda que aqueles postes de eletricidade, na estrada do Cemitério em Palmela, continuam exatamente na mesma, portanto, em risco de queda, que poderá criar ali problemas se houver condições adversas em termos meteorológicos.

Às questões colocadas pelos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro e Raul Cristovão, são dadas as seguintes respostas:

_ Degradação de um muro – O Sr. Vereador Pedro Taleço sobre a questão que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere que não se trata de um muro, mas sim de um armazém. Esclarece que os proprietários foram notificados e que a notificação inclui obviamente, a reposição da legalidade. A questão em si, não estava diretamente ligada à construção do muro, mas sim em relação à altura do edificado e terá de ser reposta a altura que foi permitida, porquanto terá de se aguardar.

_ Postos de eletricidade na Estrada do Cemitério, em Palmela em perigo de queda – O Sr. Vereador Pedro Taleço refere que trata-se de dois postes, foi uma situação imediatamente identificada na sequência do temporal, e que a EDP, por diversas vezes, respondeu que já têm conhecimento. Em relação às questões de segurança, refere que a EDP esclareceu que aqueles postes têm na sua base, na sapata, em cimento e cujos cabos estão ligados a um outro poste, dando a garantia que não estão em risco de queda. Porém, é uma explicação que apenas satisfaz 50%, porque apesar de ser uma garantia por parte da empresa responsável, a inclinação sugere insegurança e, portanto, espera que seja apenas uma questão de perceção e que seja reposta a normalidade assim que possível por parte da EDP.

_ Atos de vandalismo em viaturas nas Colinas da Arrábida, em Quinta do Anjo – O Sr. Presidente refere que sobre esta questão das viaturas vandalizadas, teve uma reunião do Conselho de Segurança Restrito e foi abordado também esse assunto, aliás está na ordem do dia uma proposta que visa adequar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, que após aprovação em Assembleia Municipal e posterior período de consulta pública, para tornar as questões mais claras e para que seja possível debater as prioridades de intervenção das forças de segurança.

_ Buraco junto a PT não sinalizado nos Portais da Arrábida, em Quinta do Anjo – O Sr. Presidente refere que sobre o buraco referenciado, solicita ao Sr. Vereador Adilo Costa que através da Divisão de Infraestruturas Viárias e Espaço Público possa verificar a situação e simultaneamente notificar a respetiva operadora para que corrija a situação ou pelo menos que sinalize. Enquanto isso não acontecer, a autarquia pode colocar uma baia, para evitar eventuais acidentes.

_ Necessidade de preservação dos espaços na via pública: deposição de monos e lixo / Contentores do lixo e ecopontos retiram a visibilidade – O Sr. Presidente sobre

a questão dos monos refere que, efetivamente, é como o Sr. Vereador Raul Cristovão diz, já discutiram aqui, sobretudo em períodos que tiveram maiores dificuldades, em que houve incumprimento das empresas e cujas quantidades na recolha faziam implodir qualquer sistema, ainda mais com falhas, como chegou a haver em alguns períodos do Verão. Neste momento, a situação está normalizada, com os circuitos em dia e com relatórios diários de cada turno que é efetuado. Porém, é precisamente nestes períodos em que as situações estão normais que aparecem coisas atípicas, aliás, nota-se mais porque sem um atraso, ninguém sabia se aquilo estava lá há muitos dias ou não. Recorda que na semana da Marateca, depois de se ter elogiado o trabalho que a União de Freguesias está a fazer, porque tem essa competência delegada nos dois territórios, Poceirão e Marateca, depois de deixar a União de Freguesias, no final de uma rua, a caminho de Palmela, depararam-se com um despejo completamente absurdo para o qual o município já pediu a intervenção da fiscalização. De facto, ninguém cumpre os dias de deposição, ninguém cumpre as quantidades e todas as pessoas acham-se no direito de depositar o lixo ao lado dos contentores, seja para reciclar quando, a partir de determinadas quantidades, em qualquer país e do mundo civilizado, as pessoas sabem que têm de fazer um encaminhamento dos resíduos para um operador específico ou contactar o município para dar esse encaminhamento.

Relativamente a este assunto, o **Sr. Presidente** dá a palavra à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes e dá nota, como já o tinha feito na reunião anterior por uma questão que a Sra. Vereadora Mara Rebelo colocou sobre a colocação de ecopontos num sítio inadequado e que depois de averiguada a situação pelo Sr. Diretor de Departamento e respetivo encarregado, foi solicitada a sua realocação imediata à Amarsul. Portanto, havendo, de facto, muitos casos, a estratégia do município passa, agora, por fazer um levantamento de todos os pedidos e reclamações que têm entrado na autarquia e ir ao local juntamente com o Sr. Diretor de Departamento e respetivo encarregado, fazer um levantamento exaustivo para depois, pedir à Amarsul uma intervenção rápida sem prejuízo, obviamente, das questões que o Sr. Vereador Raul Cristovão referiu. Pede que faça chegar as localizações desses pontos problemáticos, para que possam ser aferidos e para que a intervenção seja mais rápida.

Depois, aproveita para agradecer ao Sr. Vereador Raul Cristovão, a forma como colocou a questão da deposição ilegal e, esclarece que todos sabem o quanto, enquanto vereadora desta área tem sofrido com este problema, sobretudo durante o Verão de 2019, quer com as deposições ilegais e da forma como o assunto foi noticiado. Por isso agradece os alertas da comunicação social que, de facto, passaram a ser sinalizados pela positiva, assim como a intervenção do Sr. Vereador Raul Cristovão foi pela positiva. Acrescenta que há mais investimento público na recolha e no equipamento, na fiscalização dos circuitos, nas lavagens, portanto, é dinheiro público, é dinheiro de cada um dos cidadãos que cumprem e que, de

alguma forma, por causa de alguns menos cumpridores que, com condutas ilegais, fizeram com que a autarquia tivesse de aumentar o investimento público, para aquilo que poderia ser canalizado para outras prioridades e, portanto, o que está em causa são mesmo as condutas indevidas que cada um, como cuidadores do espaço público que pertence a todos, tem uma palavra a dizer.

O **Sr. Presidente** reforça que a questão dos contentores da Amarsul surge novamente, num período que o município está a fazer um trabalho de aferição das localizações menos corretas e já começaram a corrigir algumas, mas nas zonas rurais, a colocação de contentores encontram-se nos sítios mais inóspitos e espalhados por todo o lado. De facto, a Amarsul está a colocar contentores e depois, será o município a ter de pressionar a empresa para corrigir e racionalizar, porque até do ponto de vista dos circuitos, algumas opções não são bem planeadas, uma vez que os circuitos de recolha obriga a andar para a frente e pra trás, mas enfim, considera que vai haver um trabalho de equipa para um ano ou dois, sobretudo de construção de gares e resguardos, tendo em consideração o número de contentores que estão a ser colocados na península de Setúbal.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** esclarece que a União de freguesias de Poceirão e Marateca, um território de habitação e população dispersa, há muito que reivindicava o direito a um serviço de reciclagem e o aumento da quantidade de ecopontos. Portanto, o município tem vindo também a reivindicar junto da Amarsul aquilo que está obrigada a respeitar, que é um índice, o rácio por habitante que, naquelas zonas do concelho, sobretudo na zona nascente a recolha era, de facto, muito deficitária, pelo que com a colocação destes novos ecopontos foi o município que tentou sensibilizar a Amarsul, que seria uma solução, nomeadamente nas zonas de maiores aglomerados, como a Amarsul e todas as Câmara Municipais têm uma meta para atingir, face à legislação europeia, sob pena de sofrer penalidades, a empresa aumentou muito mais do que era esperado pela reivindicação, colocando ecoponto em locais, que segundo a perspetiva do município, não faz sentido, mas vão tentar encontrar um equilíbrio junto da empresa.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Palmela.

PROPOSTA N.º SMPC 01_03-20:

«Considerando que:

1. A Lei n.º 33/98, de 18 de julho, alterada pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, criou os Conselhos Municipais de Segurança, qualificando-os de entidades de natureza consultiva, de articulação e de cooperação.
2. Com a aprovação e publicação do Decreto-Lei n.º 32/2019, de 4 de março, o qual alarga as competências dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade, ao abrigo do artigo 23.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e procede à segunda alteração à Lei n.º 33/98, de 18 de julho, alterada pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, que cria os conselhos municipais de segurança, torna-se necessário proceder à adequação do regulamento municipal face à nova legislação.
3. As alterações no plano da composição do Conselho Municipal de Segurança, não são significativas e no plano concreto do nosso município são residuais, sendo a sua principal inovação a existência, na sua composição, da modalidade de funcionamento do Conselho Restrito.
4. Prevê-se ainda, durante as reuniões, a existência de um período aberto ao público para exposição, pelos munícipes, de questões relacionadas com as matérias de segurança no Município.
5. O presente Regulamento foi objeto de apreciação na reunião do Conselho Municipal de Segurança que decorreu no passado dia 12 de novembro de 2019, com as alterações constantes no Anexo I, desta proposta.

Assim e nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 6º, da Lei n.º 33/98, de 18/07, na sua redação atual e da alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

- a) Aprovar as alterações ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Palmela que se anexa à presente Proposta e dela faz parte integrante.
- b) Remeter o documento para deliberação da Assembleia Municipal de Palmela.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e a Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_03-20:

«Considerando que:

- de acordo com o enunciado no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, cabe ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos, o desenvolvimento social, com investimento na educação, na cultura, no desporto, na juventude e na intervenção social;
- a Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal é, desde há longa data, parceira, do município, na organização de inúmeros eventos desportivos no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo, contribuindo para a formação desportiva dos munícipes e para o desenvolvimento da cultura física e do desporto;
- desde o início da implementação do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo que a autarquia tem apoiado, a vários níveis, a organização de eventos no âmbito do ciclismo nas suas diferentes disciplinas: ciclismo de estrada, BTT, BMX/BSX, Cicloturismo;
- a autarquia, no âmbito da sua política de apoio ao associativismo, aprovou, em 2014, o novo Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo que consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de serem estabelecidos protocolos específicos de cooperação;

e na sequência do pedido de apoio solicitado pela Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal, substanciado na apresentação do seu Programa de Desenvolvimento Desportivo, **propõe-se** que, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, que veio estabelecer o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação do Contrato-Programa entre o Município de Palmela e a Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal, em anexo, e que faz parte da presente proposta, que define os termos de cooperação entre as duas partes no âmbito da promoção e desenvolvimento do Ciclismo, concretamente no que diz respeito à organização da Taça de Portugal de Femininas e da Taça de Portugal de Cadetes.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Cedência temporária de domínio público ao Grupo Carnavalesco Amigos de Baco de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 02_03-20:

«Em Pinhal Novo a comemoração do Carnaval é assinalada pela realização de um cortejo alegórico, envolvendo a participação de algumas dezenas de pessoas, em participação individual ou enquadradas nas associações locais que se associam ao Grupo Carnavalesco Amigos de Baco de Pinhal Novo, na preparação e realização da iniciativa.

A utilização do espaço público para a atividade visa a promoção de evento relevando interesse público e a instalação de pavilhões de índole comercial, os quais representam, a principal fonte de receita financeira para a entidade organizadora.

Desta forma, considerando:

- a) que a atividade se manifesta de interesse público;
- b) que cabe à Câmara Municipal de Palmela apoiar atividades de interesse municipal;
- c) que a iniciativa necessita, para a sua concretização, da utilização de espaço de domínio municipal;
- d) que a cedência de espaço de domínio municipal, público ou privado, se revela por isso indispensável à normal realização da atividade;
- e) que a entidade promotora assume uma posição central na organização e planeamento do espaço de realização da iniciativa;

Propõe-se à Câmara Municipal de Palmela, em conformidade com as alíneas o) e u), n.º 1 do Regime Jurídico das Autarquias Locais do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, deliberar:

1. A cedência precária e gratuita de domínio municipal, identificado no mapa anexo à proposta, no período de 21 a 25 de fevereiro de 2020, devendo igualmente os serviços municipais considerar que, durante o período de cedência, e por razões de circulação e segurança, será desaconselhável, salvo motivos ponderosos, proceder a licenciamentos precários de ocupação de via pública junto das vias de acessos à área cedida e noutros locais de proximidade que aconselhem a mesma prudência.
2. Todas as cedências são deliberadas no pressuposto do cumprimento pela entidade beneficiária dos normativos aplicáveis ao evento/iniciativa, dos licenciamentos de ocupação de via pública emitidos à data da presente deliberação e designadamente assegurando, dentro da área objeto de cedência, a normal circulação de veículos de emergência e socorro, bem como a livre circulação de residentes e outros usufrutuários de edificações ou outros imóveis.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se há Munícipes para intervir neste período.

Sr. António Afonso (1.)

Cumprimenta os presentes e refere que é residente na estrada do Montinhoso, entre a Estrada dos Espanhóis e a Rua 10 de Junho e acrescenta que brevemente irão ficar ali numa situação de enclave, uma vez que a Rua 10 de Junho vai ser alcatroada, o que considera positivo, mas o troço onde reside, não vai, portanto, informa que os residentes já fizeram um pedido e, compreendendo todas as posições e salienta que têm sido sempre bem recebidos por todos na autarquia, mas pretendem saber qual o ponto de situação, porque é confrangedor para quem lá vive, sobretudo quando chove e depois com o verão, vem a questão do pó e por isso a intenção é sensibilizar, mais uma vez, o executivo municipal para que esta situação seja resolvida e em nome próprio e em representação dos seus vizinhos, virão às reuniões de Câmara até que a situação se resolva.

Sr. Mauro Montenegro (2.)

Cumprimenta os presentes e refere que reside em Pinhal Novo há cerca de 30 anos e apesar de não vir falar propriamente na questão do IVA, mas uma vez que foi aqui abordada essa questão, refere que também tem uma opinião que gostava de partilhar, pois fica deveras chocado com a posição do PS em abster-se e dizer que, de facto, não existe dinheiro para a redução do IVA. Portanto, discorda desse argumento, há dinheiro para compensar essa perda de IVA, tanto que há, que vindo de quem tem o maior governo da história da democracia portuguesa, entre Ministros e Secretários de Estado, considera que pode representar um pequeno custo, mas é sempre um pequeno custo, muitas vezes, pois um primeiro-ministro que tem, até há bem pouco tempo, 11 motoristas.

O **Sr. Presidente** refere que em reunião de Câmara respeitam as opiniões, mas o Sr. Mauro Montenegro fez uma apreciação sobre o PS, sejam boas ou más, mas esclarece que este período destinado ao público é para colocar questões ao executivo municipal. Portanto, pede que isso seja compreendido, porque não se trata de cortar a liberdade de opinião, mas este período é utilizado para colocar as questões que os cidadãos, munícipes considerem que devam ser resolvidas no território.

O **Sr. Mauro Montenegro (2.)** volta a intervir e menciona que quer apresentar alguns assuntos relacionados com a vila de Pinhal Novo, com as infraestruturas e com os serviços públicos. Portanto, considera que têm para o Pinhal Novo, uma prioridade invertida, que andam a fazer algumas operações de cosmética no Pinhal Novo, sobretudo no largo José Maria dos Santos, por uma razão muito simples, é uma obra que mais parece as obras de Santa Engrácia, já lá vai quase um ano que a obra foi iniciada, que para além de ter sido detonado grande parte do largo e só ter sido criadas somente 10 vagas de estacionamento, que teve a oportunidade de as contar e, a obra em si, não vai trazer nenhuma mais-valia, a não ser uma questão cosmética para o município. Por isso, reitera que estas operações de cosmética têm uma prioridade invertida porque têm um problema grave no município, principalmente na freguesia do Pinhal Novo que não tem abastecimento de água e sabe que isto é do conhecimento do Executivo Municipal, aliás, relata o seu caso particular, ou seja adquiriu uma habitação a cerca de 10 anos, sensivelmente e reparou que não tinha pressão de água assim que começou lá a viver, mais tarde quando teve possibilidades efetuou obras dentro da habitação, mudou a canalização, mas o problema não ficou resolvido. Depois, fez um pedido ao município para se tentar verificar o que se passava, mas apenas substituíram o contador, contudo não ficou resolvido o problema da pressão de água. Entretanto, julgou-se que dentro do prédio, uma vez que a canalização tinha sido substituída há pouco tempo, poderia não permitir um caudal maior, tendo insistido perante os vizinhos para que alterassem a conduta do prédio, obra que gastaram cerca de 2200 euros, mas o problema da água mantém-se, não há pressão de água. Não sabe se é uma situação comum a todos, mas no seu caso afeta-o muito. Depois teve a oportunidade de pedir a alguém que fizesse um teste em casa e a torneira estava a debitar, na altura, 4 litros por minuto, quando deveria debitar 12. Se repararem na fatura da água e neste último ano, já foi aumentado, salvo erro, 3 vezes ou 2 certamente e, há aqui uma conta muito simples, porque já que está a falar em números, pergunta se já fizeram a conta à fatura da água, entre taxas e impostos, são pagos entre 65 a 70% de imposto de água. Sabe bem que o valor da água tem um valor irrisório, por vezes, mas quando se paga, entre taxas e impostos, um valor tão alto é, natural que comecem a exigir um serviço melhor.

Recorda ainda que a população do Pinhal Novo tem vindo a aumentar, de ano para ano, a construção tem vindo a aumentar e cada vez há mais pessoas de fora, de Lisboa e tudo mais, o que tem impulsionado muito a construção civil e aquilo que repara é que, com o aumento das habitações, as infraestruturas da distribuição de água não têm vindo a ser melhoradas, muito pelo contrário, têm tido alguns problemas nesse aspeto. Depois, em termos de serviços públicos, repara que, por vezes, para ir tratar de assuntos, se for um trabalhador com um horário de escritório das 9 às 18h, se precisar tratar de um problema de água e trabalhar em Lisboa, tem de pedir dispensa do trabalho à terça-feira, para ir resolver junto do gabinete da Câmara, na Loja do Cidadão, neste caso no Pinhal Novo, para resolver um problema. Questiona

se é exequível começar a ter, de alguma forma, um horário mais alargado, por exemplo, num sábado, durante a manhã, ter os serviços a funcionar.

Em relação a serviços públicos, questiona sobre a Biblioteca Municipal do Pinhal Novo, porque tem visitado algumas bibliotecas, por necessidade e repara que a Biblioteca do Pinhal Novo só abre às 10h ou às 9h30m, depois ao meio dia fecha para o almoço, abrindo só às 14h e isso nem sempre funciona. Por isso sugere, aliás não está com isto a dizer que devam colocar mais funcionários públicos, nesses locais, mas que os horários dos funcionários públicos possam ser melhorados, para que haja uma jornada contínua, ou seja, em vez de entrar 2 funcionários para o mesmo serviço, para a mesma hora, pois só ficam a fazer barulho, a conversar uns com os outros, muitas das vezes, por isso poderiam colocar um funcionário a entrar mais cedo e outro mais tarde, para assegurar e fazer um alargamento do horário de serviço.

Ainda em relação aos serviços públicos, a Palmela Desporto da qual já foi utilizador, há muitos anos, das piscinas e do ginásio, tendo voltado recentemente e voltando a sair, porque reparou que em 8 anos que passou sem frequentar o ginásio ou as instalações da piscina de Pinhal Novo, pouca coisa mudou. Portanto, deixa aqui um reparo, ou seja, uma pessoa que ande na natação e que decida utilizar o ginásio das piscinas do Pinhal Novo, vai pagar quase tanto, quanto paga no "Ginásio Home Place" que é um clube de elite, onde as pessoas entram e têm umas instalações cuidadas, acesso a toalhas, acesso a sauna e a uma série de outros serviços que a empresa oferece. Portanto, quando voltou recentemente a praticar natação nas instalações da Palmela Desporto, reparou que os chuveiros continuam numa miséria, tal como há 8 anos atrás, reparou que sempre que há competições dentro do equipamento, as pessoas que têm aulas, ficam sem essas aulas, e aquilo que a Palmela Desporto atribui a esses utentes, é um dia para usufruir da natação recreativa, pelo que não concorda, não acha que deva ser assim, as pessoas estão a pagar por um serviço que é acompanhado, têm de ter esse serviço acompanhado, pelo menos para repor e dar a possibilidade das pessoas poderem ir e ter direito a ser acompanhados.

Depois, uma outra questão que lhe causa alguma urticária, porque a Palmela Desporto e os equipamentos desportivos para existirem, têm de ter um seguro, um seguro coletivo, e não sabe como é que continuam a cobrar às pessoas, de ano para ano, desde quase 10 euros para pagar um seguro. Esse seguro tem de ser a própria instituição a suportá-lo e arrisca dizer que é ilegal ser cobrado à cabeça, porque a instituição paga o montante único para a atividade. Por isso sugere que esses montantes sejam retirados, porque não faz sentido os utentes pagar uma coisa que a atividade para existir tem de ter.

Refere também que tem reparado que no Pinhal Novo há ruas com péssimos acessos, já para não falar na Rua Samuel Lupi e Santos Jorge que mereciam ser pavimentadas há mais de 10 anos, de outras ruas, por exemplo, a Rua 25 de Abril do lado sul do Pinhal Novo que foi pavimentada, a Rua El Rei Dom Sancho I foi também pavimentada e passados 2 ou 3 meses,

havia buracos de operadores para fazerem ali qualquer tipo de reparo. Por isso questiona o Executivo Municipal, se não existe planeamento, porque quando um operador pede para fazer um buraco tem de submeter um pedido de licenciamento para fazer aquele buraco no chão e se depois ao repavimentar essa rua, cuja repavimentação está a ser paga pelo erário público, questiona se não se pode conjugar os trabalhos de passagem dessa cablagem e só posteriormente fazer essa repavimentação. Porque a Rua El Rei Dom Sancho I esteve esburacada muitos anos, depois foi repavimentada e logo a seguir vieram os operadores das empresas de telecomunicações esburacar a rua, além de que a repavimentação desses buracos, é feita depois, “às 3 pancadas” e fica um trabalho mal executado, um trabalho que foi pago por todos, cujo sentimento considera que é uma falta de respeito para com os munícipes.

Em relação aos transportes públicos, voltando à questão do largo José Maria dos Santos, pergunta quem teve a ideia de recolocar a paragem do autocarro na Estrada Nacional, onde em tempos esteve, porque atualmente têm uma paragem de autocarro que pára em frente a uma antiga a farmácia, já empatando o trânsito e naquele local onde está pensado a nova paragem do autocarro, o autocarro não vai entrar na totalidade no espaço do recorte, porque existe arvoredado e porque as dimensões do recorte não permitem que o autocarro encoste. Portanto, se havia um problema com trânsito, agora vão começar a ter dois problemas com o trânsito, porque em horas de ponta, hoje em dia, quem tenta fazer a travessia do lado Sul para o Norte do Pinhal Novo tem ali um problema de fluxo de tráfego e esta paragem vai de alguma forma prejudicar ainda mais esse fluxo de tráfego.

Para além disso, ainda sobre transportes, no ano passado, tiveram uma medida fantástica, a criação do passe por um valor substancialmente mais baixo, mas considera que houve um mau planeamento, porque primeiro colocou-se a medida em vigor e depois, não há capacidade nos transportes de transportar tanta gente e, veja-se o que se passa com a Fertagus, da qual é utilizador e, repara que muitas das vezes, no Pinhal Novo, os comboios enchem, mesmo com 8 carruagens, as composições circulam completamente cheias, mas, a partir das 16 horas é quase impossível, sobretudo na estação de Campolide, apanhar um comboio para vir para a margem Sul e, depois quando o utente está a pagar do seu bolso, o bilhete ao operador Fertagus e esse operador não coloca mais composições ao serviço da população, não coloca mais horários e aquilo que era suposto acontecer em outubro do ano passado, segundo o mesmo, pergunta o que é que a autarquia está a fazer nesse sentido, para facilitar a vida de quem reside neste lado, porque uma coisa é aumentar os impostos sobre o combustível e dizer que é para tornar o país um pouco mais verde, mas depois não se criam infraestruturas, transportes, não existe uma rede que consiga servir as pessoas e desincentivar o uso de transporte próprio.

Refere ainda que, atualmente vivem num mundo cada vez mais dinâmico e quando os pais precisam trabalhar por turnos, repara que não existe uma oferta pública ou até mesmo privada, que permita um trabalhador e um casal trabalhadores de trabalho por turnos, por exemplo na Autoeuropa, deixar o seu filho ou filhos pernoitar numa creche, para que depois durante o dia

seguinte possa ir buscar, por isso pergunta se o Executivo Municipal está a equacionar criar alguma solução para esta questão, porque considera que seria oportuno, pensar também nestas situações, que iriam facilitar a vida das pessoas, principalmente num dos concelhos que tem uma taxa de natalidade elevada.

Por fim, foi levantado aqui pelo Sr. Vereador José Calado, uma questão sobre uma pessoa que está a residir nos Bombeiros de Pinhal Novo, e refere que também é bombeiro em Pinhal Novo, há cerca de 20 anos e, gostava de enfatizar o seguinte, os Bombeiros de Pinhal Novo não têm por missão fazer acolhimento, nem temporário, nem permanente de sem abrigos ou pessoas em carência financeira e fica um pouco admirado e entristecido, porque se fosse um qualquer marroquino que aportasse na costa de Setúbal, essa pessoa seria colocada numa pensão até ver a sua situação resolvida, mas como é uma pessoa que descontou durante alguns anos, um casal que descontou durante alguns anos para o Estado, ainda não viu nenhuma solução à vista e estão aqui, pelo menos duas pessoas que direta ou indiretamente, estão ligadas a uma fundação, que tem porventura a missão de dar esse apoio social, por isso gostava de saber o que foi feito em 20 dias, sensivelmente, desde que a pessoa chegou aos Bombeiros do Pinhal Novo, porque apesar dos Bombeiros do Pinhal Novo manifestar boa vontade para ajudar este casal, pois o marido atualmente não está cá, mas tem ajudado este casal, não só em alojamento, como também com a alimentação e no apoio que é necessário. Contudo, reitera que esta não é a função dos bombeiros e está aqui uma questão de sigilo profissional que pode, de alguma forma ser quebrada, porque estão a colocar gente de fora nas instalações dos Bombeiros.

Sr. Fernando Quendera (3.)

Cumprimenta os presentes e refere que é empresário da construção civil no Pinhal Novo. Portanto, existe uma situação que o está a preocupar muito, porque o serviço de resposta da Câmara Municipal está muito debilitado, ou seja, está a construir numa zona onde era suposto haver infraestruturas e apoio de eletricidade fornecido por determinados PT's, tendo chegado a ouvir dizer que esse assunto estava a ser resolvido, mas para seu espanto, a intervenção foi feita num quarteirão que ainda não faz parte do quarteirão onde está integrado. É uma questão que o está a preocupar, porque já foi falado por alguém da EDP que não vão ceder eletricidade dali para outro quarteirão. Sempre acreditou que iriam ceder eletricidade, nem que fosse provisoriamente, ter acesso, mas parece que a questão está muito complicada.

Depois, um outro assunto, relacionado com um projeto que entregou ao município, há 6 meses, seguindo as regras normais até ter tido a certidão que permitia a construção, mas depois deste tempo todo, hoje, solicitou ao município uma cópia do projeto aprovado, porque lhe está a ser solicitado pelo banco e, a resposta que recebeu foi que trata-se de um processo que está em apreciação e que talvez num, quando for oportuno, serão devolvidas as cópias. Depois desta

resposta, ficou em pânico, porque se calhar no Executivo Municipal não têm a noção do que isto representa, mas quem está na construção civil, sabe que é muito preocupante.

O **Sr. Presidente** interrompe para questionar se o Sr. Fernando Quendera já teve a admissão da comunicação prévia aprovada e por isso já iniciou a construção?

O **Sr. Fernando Quendera (3.)** volta a intervir e refere que sim, já teve admissão da comunicação prévia aprovada pela autarquia e é por isso que o banco está a solicitar a cópia aprovada pela autarquia.

O **Sr. Presidente** interrompe para questionar se o problema é o acesso à cópia do projeto aprovado?

O **Sr. Fernando Quendera (3.)** volta a intervir e refere que sim e para tratar de assuntos referentes ao banco, foi a entidade bancária que assim o exigiu. Os serviços do banco efetuaram contacto com a autarquia e a resposta que tiveram dos serviços da autarquia foi que se trata de um assunto que está em análise, portanto, na altura oportuna será devolvido. É evidente que é também preocupante para o banco, quando ouve uma resposta que refere que o processo está em análise referente a um prédio que está em construção. Isto coloca em causa o desenvolvimento de uma empresa que está a começar a investir numa zona, pode ficar sem condições para dar seguimento.

Volta a referir a questão dos PT's, porque não sabe quando é que poderá voltar a ter acesso à eletricidade, o que é mais uma preocupação, porque custa cerca de 1.000€/mês para sustentar um gerador.

O Sr. Presidente responde ao Sr. António Afonso (1.) do seguinte modo:

. Relativamente à estrada do Montinhoso, efetivamente o que está em plano para este ano é a parte mais estruturante dessa rua, é uma obra complicada, aliás, teve de ser colocada num empréstimo, considerando que tem um custo muito elevado.

Depois de se ter procurado intervir nas infraestruturas de saneamento num troço, o compromisso de começar a fazer um projeto para ali, porque, de facto, não é um troço muito grande, mas não está previsto fazer este ano. Portanto, gostaria que em 2021 ter esse compromisso assumido e não estão esquecidos desse troço, aliás, os senhores têm aparecido em várias reuniões do "Eu participo" e, independentemente desta proposta não ter sido a mais votada, não deixam de trabalhar nos assuntos que são apresentados.

O Sr. Presidente responde ao Sr. Mauro Montenegro (2.) do seguinte modo:

. Agradece ao Sr. Mauro Montenegro o conjunto de questões que colocou e esclarece que tem todo o direito às apreciações, ao juízo valorativo e adjetivado mas, às vezes, não se pode

confundir a árvore com a floresta. Relativamente aquilo que denomina de operação de cosmética no Largo José Maria dos Santos, pergunta se é operação de cosmética regularizar um piso, torna-lo mais acessível e que evite quedas permanentes de pessoas de várias idades, nomeadamente idosos e crianças que ao longo de muitos anos, sobretudo em torno do coreto e nos acessos, portanto, se é uma obra de cosmética, alterar um sistema de água dos anos 70, que teve a sua época e cuja reparação era quase o valor da obra e que desperdiçava cerca de 3.000 metros cúbicos de água por mês, enfim, se acha que é uma obra de cosmética modernizar o mobiliário, melhorar a iluminação, adequar o espaço à vivência com que começou, porque tudo aquilo que se chama Jardim José Maria dos Santos, foi sempre o Largo José Maria dos Santos, onde aconteceu muita coisa e, portanto, hoje as práticas que ali são desenvolvidas, culturais, nomeadamente o Mercado Caramelo, que necessita de uma outra arrumação do espaço e mobilidade, sem perder os seus elementos decorativos e frescura que os novos espelhos de água irão dar, permitindo também, no futuro, uma alteração de um espaço comercial de esplanada, enfim, por tudo isto não considera que se trate de uma operação de cosmética. Aliás, considera um apuramento de conceitos que só assim foi possível conseguir que fosse uma obra cofinanciada, porque não há financiamentos para jardins, não há financiamentos para obras daquela natureza, mas se a obra teve um financiamento aprovado pelo PorLisboa é, porque nesta lógica da intermodalidade do acesso a estacionamento, da circulação acessível, com rebaixamento de passeios, com limpeza de obstáculos e outras questões, foi possível que esta obra pontuasse e obtivesse uma comparticipação de 50%.

Em relação à questão que colocou sobre o desvio de autocarros, informa que sobre essa matéria foi feito, durante muito tempo, um debate intenso porque tudo aquilo que o município faz no concelho, tem sempre uma discussão muito intensa quer com a DGPC, quer com as Infraestruturas de Portugal, enfim, um conjunto de Entidades que têm sempre algo a dizer e aquele projeto, aquela caixa para serve para dois autocarros grandes, esclarece que aquela largura foi uma imposição das Infraestruturas de Portugal, mas ainda assim, vão fazer o teste com os autocarros municipais.

Quanto à questão do abate das árvores, o município já foi acusado de abater Palmeiras de qualquer forma, de abater árvores por tudo e por nada, mas assegura que nenhuma árvore, como nenhuma outra coisa é abatida ou destruída sem ser devidamente ponderado os pontos fortes e os pontos fracos e, aquilo que efetivamente está na origem da necessidade de se tomar uma decisão dessa natureza, aliás, o município procurou não abater aquelas arvores para não alargar a caixa, embora as infraestruturas Portugal tenham imposto uma largura de 2,5m. Depois foi efetuada uma poda cirúrgica, como um técnico, para que as árvores ali pudessem continuar o seu crescimento saudável sem problemas fitossanitários e, portanto, transmitiu aos serviços municipais, que se a solução não funcionar, naturalmente que estão disponíveis para corrigir o que houver a corrigir e discutir o que tiver de ser com as Infraestruturas de Portugal. Também a este propósito, esclarece que a deslocalização do local de tomada e largada de

passageiros está relacionada com a criação de uma rotunda que não é compaginável com a tomada e largada de passageiros naquele local. Depois, em termos de planeamento do território, estão sistematicamente a ser impostas novas questões para desfazer problemas mal resolvidos, nomeadamente os decisores sobre a nova colocação do aeroporto, dizem que que resolvem a questão da mobilidade de passageiros com um shuttle até à estação ferroviária de Pinhal Novo, contudo, considera que não têm de ser os pinhalnovenses a abdicarem dos seus espaços, para resolver problemas mal resolvidos de quem decidiu fazer a estação ali e não num outro sítio, aliás, está à vontade para discutir este assunto, porque em 1998 propôs outra localização para a estação, com um parque intermodal para outros transportes públicos, nomeadamente rodoviários com tomada e largada de passageiros, mas o destino quis assim e ali ficou, mas, de facto, a 2ª fase do Jardim José Maria dos Santos, uma obra candidata e já aprovada, é um dos projetos que não vão ser apresentados na mostra de projetos na semana do Pinhal Novo, porque o devolveram, uma vez que a solução proposta pelo projetista não agradava, pois é um projeto no qual se pretende, não só manter toda a acessibilidade como também recuperar estacionamento, nomeadamente na rua entre o Jardim e a estação ferroviária, está prevista mais uma bolsa de estacionamento ali, como também está prevista uma pequena bolsa de estacionamento na rua de acesso à estação, para tirar os carros da via e permitir melhorar as questões de intermodalidade, ou seja, a ligação entre os vários meios de transporte, autocarros, transporte individual, bicicletas e estação de caminho-de-ferro. Aproveita e informa que também irá ser ali feita uma recuperação do património, com iluminação decorativa, com placas explicativas e reitera que não é uma operação de cosmética, mas sim, uma aposta naquilo que é a vocação daquele largo, na sua génese e tradição, na sua história e futuro, adequando-o aos novos usos e novas práticas.

Relativamente ao abastecimento de água e à pressão, esclarece que existe água em quantidade suficiente no Pinhal Novo, existem mais 3 furos que debitam corretamente e estão prontos a ligar a qualquer momento assim que seja necessário. Contudo, a questão que referiu é uma situação que está identificada em duas ou três zonas, e as pessoas quando têm falta de pressão de água queixam-se e o município tem obviamente as reclamações, nomeadamente essas, na ERSAR porque o município é obrigado a reportar, mas existem 3 zonas do Pinhal Novo, quando ainda não havia tantos furos, houve sempre problemas com a pressão de água, em parte porque o Pinhal Novo parece ser plano, mas não é, tem algumas elevações, depois edifício que, até pela forma como foram construídos, com garagens e caves, ficaram um pouco acima da cota do depósito e hoje em dia, já muitos prédios têm um hidropressor para evitar esse tipo de problemas. O mesmo acontece em zonas como numa parte da Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral que está próxima de um depósito, uma zona do Monte Novo nas traseiras do posto de combustível e outra, na Rua São Francisco Xavier, junto à rotunda das palhetas, junto a uns prédios de esquina e não foi um episódio, aliás, ao longo dos anos, havia problemas nestas zonas que referiu e verificava-se que sem injetar mais pressão na rede, em algumas

horas do dia e em determinadas alturas do ano, nomeadamente quando a rega do Jardim estava a funcionar, havia queixas. Não sabe se o Sr. Mauro Montenegro já efetuou um pedido de medição à entrada do prédio, mas já tendo feito, esclarece que os municípios são obrigados por lei a meter à entrada do abastecimento, uma determinada pressão Bar.

Depois de questionado pelo Sr. Presidente, o Eng.º João Faim, Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos esclarece a pressão Bar, contudo, não sendo audível, não é possível transcrever essa explicação em ata.

O **Sr. Presidente** retoma os esclarecimentos, referindo que, de facto, existem sítios onde há pressão a mais, mas isso também está relacionado com as Infraestruturas do local. No caso do prédio onde o Sr. Mauro reside, segundo a Sra. Vereadora Fernanda Pezinho terá sido feita uma medição, que irá ser partilhada com o município. Acrescenta que as obras realizadas em casa e no prédio, é algo que tem vindo a ser feito, porque alguns prédios têm problemas de construção e recorda um prédio na zona da Salgueirinha, uma zona que não tinha problemas de pressão de águas, mas aquele prédio tinha uma tubagem à entrada com um diâmetro de 60, que depois na obra feita na parte do ramal, quer da parte da autarquia, quer da parte dos proprietários, verificou-se que essa tubagem estava reduzida no diâmetro e prejudicava a pressão da água. Portanto, informa que o município está disponível para estudar essa situação, até porque neste domínio, têm sido executadas obras, ou seja, a colocação de válvulas de pressão e os seccionamentos que têm sido feitos por zonas, no Pinhal Novo Norte/Nascente, na zona da Rua João Posser de Andrade e Urbanização dos Mochos, depois está prevista fazer na zona onde reside, até à antiga linha do Montijo, onde está a ciclovia. Esclarece que estes seccionamentos permitem, em caso de ruturas, não só afetar menos gente, como também a possibilidade de abrir, mais ou menos, a pressão de água para alguns quarteirões, pois trata-se de uma estratégia que foi definida no ano passado, existe um plano de combate às perdas de água por via dessas operações e é um plano que contempla também, uma intervenção nessa zona do Pinhal Novo, sem prejuízo de alterações das condutas que o município quer fazer. Portanto, considera que é importante perceber a quem pertence a responsabilidade, se da entidade gestora, seja o município ou entidade privada, seja quem for, que está obrigado por lei a fornecer um determinado nível Bar ou se são outros problemas infraestruturais dos próprios prédios.

Quanto à questão da faturação, refere que, de facto, houve problemas com a faturação que tem vindo a ser regularizada e esclarece que só há uma atualização anual que é sempre comunicada aos munícipes em janeiro. Salaria que o município de Palmela continua a ter a água, o saneamento e resíduos mais baratos da Área Metropolitana de Lisboa, a par do município do Seixal e se consultar a APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, a DECO ou a ERSAR, aliás foi solicitado um estudo, precisamente para comunicar melhor com os munícipes e, quanto às taxas, de facto, tem razão, todos têm de as pagar, portanto, as taxas que vêm nas faturas referem-se ao IVA, à taxa de recursos hídricos que o

município é cobrador para entregar à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo se passa com a taxa de gestão de resíduos, enfim, é obrigatório por lei e o município, como entidade gestora é obrigado por lei a colocar na fatura, mas recorda que aqui, o município é apenas o cobrador, porque as verbas dessas taxas são para entregar ao Estado Central.

Relativamente ao horário da Biblioteca percebe o que o Sr. Mauro Montenegro quis dizer, mas esclarece que tem um horário contínuo, não encerra para almoço, com um período das 10h às 20h e outro das 14h às 19h com um dia de encerramento semanal. Depois, em determinados períodos do ano e está em estudo um plano de alargamento do funcionamento nestes períodos e, obviamente, o alargamento naquelas horas que são mais solicitadas, porque as bibliotecas funcionam quase como uma sala de estudo, do que propriamente para consulta, mas é um equipamento que não pode funcionar como um centro de acolhimento aberto demasiadas horas por dia e o município de Palmela tem bibliotecas praticamente em todas as freguesias.

O mesmo em relação ao horário dos atendimentos municipais, porque pode-se fazer um horário mais alargado e até um horário contínuo como é feito nos Registos e Notariado, mas depois também podem fazer de forma igual a estes serviços, atender apenas 20 pessoas por dia. Recorda que o município teve o serviço de atendimento municipal com um dia com horário alargado e só poderá voltar a haver um prolongamento de horário num determinado dia da semana, quando houver pessoal para isso, porque o que estava a acontecer e, é preciso falar nisto, com toda a coragem, porque quem gere organizações tem de ter a coragem, sobretudo para tomar decisões e dizer a verdade, que para ter um equipamento aberto e não ter lá pessoas para atender nalgumas matérias como urbanismo que só determinados funcionários podem atender, estão a prestar um mau serviço, a enganar as pessoas e por essa razão prescindiram temporariamente desse prolongamento de horário, porque não tem havido número de funcionários suficiente e estava a ter um resultado perverso, porque as pessoas dirigiam-se ao atendimento, de facto, estava aberto, mas não podiam resolver o assunto que as trazia ali, nomeadamente na questão do urbanismo. Portanto, o município, felizmente, está a contratar e, até porque é uma opção de serviço público, ter uma escala de serviço que permita, assim que houver um reforço das equipas, prolongamento de horário para um dia da semana, que permita aos munícipes resolver as suas situações.

Sobre a questão das creches, de facto, há uma carência do país a este nível, há muitas respostas precárias, há muitas respostas particulares de qualidade, respostas privadas, umas de qualidade, outras nem por isso, mas há sobretudo, um desígnio que parece ter unido o país e de várias forças políticas, sobre a necessidade de investir mais nesta área. Porém estas questões estão ao nível da Assembleia da República e do Governo, porque aquilo que já foi feito no pré-escolar, nos últimos 10 anos, que é praticamente generalizado com vagas para toda a gente só não há a 100% no público, para não acabar com o sector Particular e Cooperativo que também tem uma importante resposta e que deve ser respeitada e que, durante muitos anos, substituiu o sector público. Contudo, também há algumas meias

verdades, até na questão dos trabalhadores da Autoeuropa quando começou aquela situação dos turnos e dos horários e, de outras empresas gerou-se alguma preocupação e, o município tem desafiado e as instituições também têm tomado a iniciativa de reunir com as empresas, para aferir outras modalidades de prolongamentos. Portanto, de facto, tem razão, é um desígnio do país, tratar melhor a infância, porque a vida hoje é muito complicada, como referiu, absorve muito e tem de haver respostas mais flexíveis face à diversidade de horários.

Relativamente à questão dos bombeiros, considera muito importante que os Bombeiros e as Associações façam parte de qualquer resposta pontual de apoio solidário e, apesar do Sr. Mauro Montenegro ter referido que não é uma obrigação, de facto, é se houver uma calamidade, os Bombeiros têm de abrir as portas, a autarquia tem de abrir as portas das escolas, tem de abrir as portas do município e está, neste momento, a criar um Centro de Emergência da Proteção Civil e, espera que nunca venha a ser necessário e que continue a ser usado como armazém. Mas é preciso dizer que algumas famílias que recorrem a esta ou outra resposta, são pessoas que preferem não dialogar com as instituições e com as respostas oficiais que existem, sejam insuficientes, melhores ou piores, portanto, se as pessoas contactarem com as Entidades que na Rede, fazem parte destas respostas articuladas, há que haver uma solução, tal como este assunto que tem sido mediatizado, que como foi referido, já houve várias soluções só que as pessoas não quiseram.

Relativamente à questão dos transportes, o município tem um Conselho Municipal de Mobilidade, onde a questão que trouxe aqui, tem sido debatida e na qual o município envolveu-se, aliás, há muitos anos, nesta questão do passe social intermodal que passou a ser agora o passe navegante, pois tratava-se de um objetivo político. Naturalmente que não ficou tudo resolvido, aliás, a oferta, mesmo a existente dado que a procura está a ser insuficiente e está a perder qualidade, considerando o número de adesões ao serviço, mas acha que ainda assim, os ganhos são superiores às perdas. Hoje, foi noticiada mais uma ideia peregrina da Fertagus, aumentar as ligações Oriente de Setúbal, criando mais cerca de 48 lugares, se sentados ou em pé, não sabe, mas vinha hoje nos jornais. Mas lá está, é aqui que, às vezes, se jogam com as opções políticas que são distintas, por exemplo, o município é adepto que tivesse sido renegociado o contrato de concessão com a Fertagus, porque se neste momento vão pagar 1.280.000€ para este sistema, no próximo ano, o município irá passar a pagar em média, 1.600.000€, já para o alargamento da oferta. Refere que, ontem, teve a notícia que finalmente, a Autoridade de Transportes aprovou o caderno de encargos do Concurso Público Internacional para a nova concessão, que neste caso trata-se de circuitos rodoviários e que vai implementar circuitos em locais onde não existe e que são reclamados há muito no concelho. A questão ferroviária, no Conselho Municipal de Mobilidade, em todas as sessões, tem sido colocada à frente da Fertagus e da operadora. Recorda o problema que aconteceu recentemente com a TST que quis reduzir horários ao fim de semana, mas o município de Palmela não cedeu e considera que não deve ceder, precisamente pela complementaridade deste transporte

rodoviário com Lisboa que é fundamental estar articulado com o eixo Norte-Sul da Fertagus. Portanto, nesta questão dos transportes, os municípios estão a pagar para ter um melhor serviço, tem sido reivindicado, obviamente uma parte do passe está a chegar a Fertagus, porque hoje com a bilhética, com o sistema que está a ser implementado, já se sabe quem anda no quê e quais são os operadores que devem ser mais remunerados e se transportam muita gente, não podem dizer que estão a ser mal pagos, aliás estão a ser muito bem pagos, mas não estão a cumprir aquilo que o Estado Português devia fazê-los cumprir, ou seja, o número de circulações e o número de composições, portanto, o município está alinhado com a preocupação dos munícipes.

Quanto à repavimentação das ruas, o município está a repavimentar muitas ruas e tem no plano de trabalho, para este ano e próximo, um volume de repavimentações, algumas também em Pinhal Novo e em várias freguesias e novas pavimentações. Relativamente à remodelação, o município está a apostar primeiro nas válvulas, porque dó depois com os seccionamentos, com troços mais pequenos, se pode fazer a remodelação da rede.

Em relação à Palmela Desporto, esclarece que estão numa fase de avaliação da qualidade e de número de reclamações, de obras de melhoria nas instalações, de projetos e, a que níveis vão ser lançados, mas neste caso, irá caber ao município fazer, nomeadamente a questão do conforto térmico e da eficiência energética. Quanto à questão do seguro, revela que também é utilizador e também já teve dúvidas sobre isso, mas quando tem dúvidas e se a entidade não responde, não esclarece devidamente, faz uma reclamação. Portanto, se a Palmela Desporto está a pedir aos utilizadores dinheiro que não pode pedir, deve-se colocar essa questão juridicamente, até porque a Palmela Desporto tem uma gestão, é uma empresa municipal que tem orientações estratégicas, mas tem autonomia administrativa, financeira e também tem o seu próprio enquadramento jurídico, pelo que terá de ser a Palmela Desporto a dar resposta e esse esclarecimento.

O Sr. Presidente responde ao Sr. Fernando Quendera (3.) do seguinte modo:

. Relativamente a Vale Flores, todos sabem o que ali aconteceu e mesmo com o dinheiro das garantias bancárias, é insuficiente para repor tudo, com níveis de qualidade e exigência que os senhores têm direito quando começam a construir ali e, ainda vai demorar algum tempo, porque se tivesse sido feito tudo de uma só vez, daqui a uns meses, provavelmente teriam de estar a refazer tudo. Depois, entre o Departamento de Administração Urbanística e a Divisão de Estudos, Projetos e Obras Públicas, o município tem procurado lançar várias empreitadas para zonas onde havia mais pedidos de comunicações prévias. Aliás, ainda a propósito dos roubos e vandalismo, até o empreiteiro que está a fazer as obras de reabilitação das infraestruturas, ainda ontem se queixou que lhe roubaram as baias, portanto, está complicado, existem algumas zonas, que em matéria de eletricidade, mesmo com aquilo ligado, tem desaparecido.

Portanto, a ideia de ir fazendo à medida que há ocupação, é entendida como sendo a mais prudente. Refere ainda que já tinha observado que o prédio que o Sr. Fernando Quendera está a construir, está numa zona que não estaria nesta fase, mas não significa que o município não esteja a trabalhar numa solução para fazer chegar o mais rapidamente possível a eletricidade a essa zona, pelo menos para ter acesso às licenças de utilização.

O Sr. Fernando Quendera intervém, mas não fala ao microfone, pelo que é transcrito em ata, apenas aquilo que é audível.

O **Sr. Fernando Quendera (3.)** refere que chegou a pensar que quando trataram do outro quarteirão, mesmo que provisoriamente.

O **Sr. Presidente** refere que é isso que o município está a tratar.

O **Sr. Fernando Quendera (3.)** intervém novamente, mas continua sem falar ao microfone, está em diálogo com o Sr. Presidente, contudo não é audível, pelo que não é possível transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** refere que deve dirigir-se à Divisão de Estudos, Projetos e Obras Públicas, porque existe um plano de trabalhos, porque mesmo com a obra em curso, o município já teve de alterar situação com a EDP e não tem sido fácil. Recorda o Sr. Fernando Quendera que outros empreiteiros também estiveram a trabalhar transitoriamente, mesmo depois de ter as licenças de utilização, com recurso a caixas que não pertenciam ao quarteirão onde estavam a trabalhar, mas é uma situação que está identificada, o município está a trabalhar para resolver essa situação.

Quanto à questão da comunicação prévia, trata-se de um modelo completamente novo e tem causado num conjunto de interlocutores e entidades bancárias, uma incompreensão, porque, às vezes exigem aos construtores coisas que não podem exigir, porque já não há comunicação do deferimento do projeto.

A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho responde ao Sr. Fernando Quendera (3.) do seguinte modo:

. Refere que para um melhor esclarecimento, o ideal será dirigir-se ao Departamento de Administração Urbanística, com o número do processo para que ter a certeza se, se trata de uma comunicação prévia, porque pelo que aqui referiu, aparentemente trata-se de uma comunicação prévia e a comunicação prévia, é uma mudança de paradigma por parte do legislador que coloca todo o ónus e responsabilidade no requerente e na sua equipa técnica e, portanto, não há qualquer ato autorizativo, qualquer ato de deferimento por parte da autarquia. Quando colocam os projetos à autarquia, a autarquia não tem qualquer obrigação de os

apreciar e aquilo que é feito é apenas uma picagem dos elementos instrutórios, ou seja, o legislador diz que para o Sr. Fernando Quendera poder começar a executar a sua obra tem de entregar na Câmara Municipal uma série de elementos e, o que a Câmara Municipal tem de fazer, num prazo de 8 dias, é verificar se esses elementos estão entregues ou não. Depois, se a Câmara Municipal, ao desses 8 dias, não se tiver pronunciado, se os elementos instrutórios são os corretos, estão todos ou não, o Sr. Fernando Quendera ou qualquer outro munícipe depois de pagar aquilo que tiver de pagar administrativamente, comunicam à Câmara Municipal que vão iniciar a obra e podem, de facto, começar. A razão pela qual existe alguma estranheza por parte do banco é, porque, obviamente, essas pessoas não lidam com a legislação urbanística, portanto, eles ainda estão “formatados” para a figura do licenciamento e para algo que a Câmara Municipal teve de dizer que aprovou. O constrangimento, no caso concreto, não está na autarquia, isto se, se tratar de uma comunicação prévia, mas sim no banco. Contudo o que a Câmara Municipal pode fazer, quanto muito, é carimbar aquilo que o Sr. Fernando Quendera entregou, mas não vai lá a dizer que está provado, porque a Câmara Municipal não aprovou nada, nem tem de aprovar. Refere ainda que esta questão da figura da comunicação prévia é ambígua, porque é entregue à responsabilidade do empreiteiro/construtor e da sua equipa técnica que assinam em como os documentos entregues estão de acordo com a legislação em vigor e se não tiver, a fiscalização municipal poderá ir ao local e solicitar que aquilo que está construído terá de ser demolido, com custos, obviamente para os empreiteiros/construtores que confiaram na equipa técnica e estão a erigir uma edificação. Já muitos empreiteiros e construtores, estão a optar, apesar de ser facultativo e apesar de estar numa operação de loteamento onde é permitida a utilização da figura da comunicação prévia, optam pelo licenciamento, porque se houver alguma situação que não esteja em conformidade, é imputável à autarquia porque houve uma apreciação e uma aprovação formal do projeto. No entanto, é possível à Câmara Municipal, tentar esclarecer a entidade bancária para dizer que se for uma comunicação prévia, não há qualquer documento que a autarquia possa emitir a dizer que aprovou, mas apenas informar que o processo foi entregue formalmente, ou seja, é uma declaração que a autarquia declara que rececionou, em determinado dia, uma comunicação prévia sobre a referida obra. Portanto, é a entidade bancária é que está a demonstrar dificuldade em compreender a legislação em vigor, referente ao Urbanismo

O **Sr. Fernando Quendera (3.)** volta a intervir (daquilo que é perceptível em áudio assim se transcreve em ata) para referir que a Câmara Municipal deveria ter técnicos formatos para esclarecer, porque não pode a resposta de uma autarquia, perante uma entidade bancária, dizer apenas que é um assunto que está em apreciação e quando for oportuno...

O **Sr. Presidente** refere que não sabe quem foi que respondeu dessa forma.

O Sr. Fernando Quendera volta a intervir, mas não é audível, pelo que não é possível transcrever em ata as questões ou apreciações que está a colocar.

O **Sr. Presidente** responde ao Sr. Fernando Quendera que é por isso que a figura do licenciamento não se aplica nos loteamentos. Depois, até para que a situação possa ser devidamente esclarecida, sugere que quando houver questões desta natureza, deverá ser solicitado um atendimento com o Sr. Diretor do Departamento de Administração Urbanística, para que se perceba como é que estas situações funcionam.

Refere que esta questão da comunicação prévia está esclarecida, até porque não se trata de um caso único e, por vezes, verifica-se atrasos por parte da autarquia, sobretudo na questão dos alinhamentos que é preciso fazer. Porque o alinhamento da verificação é importante para não haver problema de diferenças de topografia, para não ser necessário fazer alterações depois de ter sido iniciada a obra e, nesta questão, o município tem uma empresa exterior a trabalhar nesta questão da topografia, por isso teve aí algumas dificuldades de resposta, mas, neste momento, as situações estão a fluir com muita rapidez e naturalidade. Refere ainda que alguns destes assuntos e algumas destas incompreensões devem ser tratados com o Diretor do serviço, do que pela frente de atendimento municipal, porque não são especialistas nestes assuntos. Portanto, A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho não só terá em consideração a chamada de atenção do Sr. Fernando Quendera para se perceber o que se passa com o seu processo, sem prejuízo deste esclarecimento que foi aqui dado e de facto, foi uma resposta menos feliz, até porque considera que existem condições para fazer melhor.

O **Sr. Fernando Quendera (3.)** volta a intervir e refere que a imagem da pessoa que está do outro lado a querer uma confirmação de uma entidade como uma Câmara Municipal e depois recebe uma resposta daquelas, enfim, ... (não é perceptível a restante intervenção).

O **Sr. Presidente** solicita ao Sr. Fernando Quendera o número do processo, para que seja possível perceber e resolver esse mal-entendido.

• **Data da próxima reunião de câmara** – O **Sr. Presidente** menciona que a próxima reunião de câmara é descentralizada e realizar-se-á no dia 19 de fevereiro, às 21.00 horas, na sede do Rancho Folclórico “Os Rurais” da Lagoa da Palha e Arredores, no âmbito da *semana da Freguesia de Pinhal Novo*.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e quarenta e cinco minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*,

Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco